

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2018



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'TJ01', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Cada um busca forças quando se defronta com obstáculos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

Meditação e foco no macarrão

"Sente os pés no chão", diz a instrutora, com a voz serena de quem há décadas deve sentir os pés no chão, "sente a respiração".

"Inspira, expira", ela diz, mas o narrador dentro da minha cabeça fala mais alto: "Eis então que no início do terceiro milênio, tendo chegado à Lua e à engenharia genética, os seres humanos se voltavam ávidos a técnicas milenares de relaxamento na esperança de encontrar alguma paz e algum sentido para suas vidas simultaneamente atribuladas e vazias".

Um lagarto, penso, jamais faria um curso de meditação. "Sente a pedra. A barriga na pedra. Relaxa a cauda. Agora sente o sol aquecendo as escamas. Esquece as moscas. Esquece as cobras rondando a toca. Inspira. Expira." Eu imagino que o lagarto sinta a pedra. A barriga na pedra. O prazer simples e ancestral de lagartear sob o sol.

Se o lagarto consegue esquecer as moscas ou a cobra rondando a toca, já não sei. A parte mais interna e mais antiga do nosso cérebro é igual à dos répteis. É dali que vem o medo, ferramenta evolutiva fundamental para trazer nossos genes triunfantes e nossos cérebros aflitos através dos milênios até aquela roda, no décimo segundo andar de um prédio na cidade de São Paulo.

Não há nada de místico na meditação. Pelo contrário. Meditar é aprender a estar aqui, agora. Eu acho que nunca estive aqui, agora. O ansioso está sempre em outro lugar. Sempre pré-ocupado. Às vezes acho que nasci meia hora atrasado e nunca recuperei esses trinta minutos. "Inspira. Expira".

Não é um problema só meu. A revista dominical do "New York Times" fez uma matéria de capa ano passado sobre o tema. Dizia que vivemos a era da ansiedade. Todas as redes sociais são latifúndios produzindo ansiedade. Mesmo o presente mais palpável, como um prato fumegante de macarrão, nós conseguimos digitalizar e transformar em ansiedade. Eu preciso postar a minha selfie dando a primeira garfada neste macarrão, depois nem vou conseguir comer o resto do macarrão, ou sentir o gosto do macarrão, porque estarei ocupado conferindo quantas pessoas estão comentando a minha foto comendo o macarrão que esfria, a minha frente.

"Inspira, expira." A voz da instrutora é tão calma e segura que me dá a certeza de que ela consegue comer o macarrão e me dá a esperança de que também eu, um dia, aprenderei a comer o macarrão. É só o que eu peço a cinco mil anos de tradição acumulada por monges e budas e maharishis e demais sábios barbudos ou imberbes do longínquo Oriente. "Inspira. Expira." Foco no macarrão.

(Adaptado de: PRATA, Antonio. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

1. A repetição do comando "Inspira, expira" ao longo do texto
 - (A) simboliza o ato de concentrar-se no aqui e agora realizado em sua plenitude pela instrutora, ato que é reproduzido pelo autor quando este reflete sobre seu papel na sociedade do terceiro milênio.
 - (B) representa textualmente a dificuldade que o autor tem em meditar, tendo em vista que se lança a conjecturas a respeito da condição de ansiedade generalizada da sociedade atual.
 - (C) enfatiza o esforço do autor em seguir as orientações da instrutora, o qual tem o resultado esperado, evidente quando é invocada a sabedoria que sábios acumularam ao longo dos anos.
 - (D) explicita uma ação que inicialmente o autor realiza de maneira mecânica, mas que vai sendo cada vez mais reproduzida de modo consciente à medida que ele adentra um profundo estado meditativo.
 - (E) revela o tom de deboche do autor com relação à postura daqueles que ainda se esforçam em controlar sua ansiedade, já que ele deixa claro seu ceticismo quanto aos benefícios da meditação.
2. Ao comparar o humano ao lagarto, o autor
 - (A) sugere que o homem deve se inspirar na natureza para perceber o quanto o medo pode ser nocivo, especialmente em situações que exigem o dispêndio de energia criativa.
 - (B) satiriza a forma como o homem, mesmo após chegar à Lua e dominar a engenharia genética, ainda anseia por ter suas habilidades racionais equiparadas às de um réptil.
 - (C) elenca as características que tornam o homem superior aos demais animais, frisando que a curiosidade e a capacidade criativa humana garantem sua contínua evolução.
 - (D) cria um efeito cômico, pois dá a entender que o lagarto se mostra mais evoluído do que o homem, por ser capaz de viver o instante sem se deixar influenciar pelo medo.
 - (E) reforça que, em ambos, o medo é crucial para a preservação da vida, destacando que a ansiedade típica do homem está atrelada à necessidade de dar sentido a sua existência.



3. Considerando a argumentação estabelecida no texto, articulam-se a ideias opostas as seguintes palavras:

- (A) *penso*; *imagino* (3º parágrafo).
- (B) *ansioso*; *atrasado* (5º parágrafo).
- (C) *macarrão*; *foto* (6º parágrafo).
- (D) *pedra*; *sol* (3º parágrafo).
- (E) *Relaxa*; *lagartear* (3º parágrafo).

4. "Sente os pés no chão", diz a instrutora, com a voz serena de quem há décadas deve sentir os pés no chão, "sente a respiração". (1º parágrafo)

Esse trecho está corretamente reescrito, com o discurso direto substituído pelo indireto, conservando-se o sentido e a correspondência com o restante do texto, em:

- (A) A instrutora disse com a voz serena de quem há décadas deve sentir os pés no chão, para que sentisse os pés no chão e sentisse a respiração.
- (B) Dizia a instrutora, com a voz serena de quem há décadas deve sentir os pés no chão: – Sinta os pés no chão, sinta a respiração.
- (C) Com a voz serena de quem há décadas deve sentir os pés no chão, a instrutora diz para sentir os pés no chão e sentir a respiração.
- (D) Diz a instrutora, com a voz serena de quem há décadas deve sentir os pés no chão que sente os pés no chão e sente a respiração.
- (E) A instrutora com a voz serena de quem há décadas deve sentir os pés no chão, disse que sentiria os pés no chão e sentiria a respiração.

5. Observa-se uma relação de causa e consequência, nessa ordem, no seguinte trecho:

- (A) *A voz da instrutora é tão calma e segura que me dá a certeza de que ela consegue comer o macarrão e me dá a esperança de que também eu, um dia, aprenderei a comer o macarrão.* (7º parágrafo)
- (B) *depois nem vou conseguir comer o resto do macarrão, ou sentir o gosto do macarrão, porque estarei ocupado conferindo quantas pessoas estão comentando a minha foto comendo o macarrão que esfria, a minha frente.* (6º parágrafo)
- (C) *Um lagarto, penso, jamais faria um curso de meditação. "Sente a pedra. A barriga na pedra. Relaxa a cauda. Agora sente o sol aquecendo as escamas. Esquece as moscas. Esquece as cobras rondando a toca. Inspira. Expira."* (3º parágrafo)
- (D) *os seres humanos se voltavam ávidos a técnicas milenares de relaxamento na esperança de encontrar alguma paz e algum sentido para suas vidas simultaneamente atribuladas e vazias".* (2º parágrafo)
- (E) *Eu acho que nunca estive aqui, agora. O ansioso está sempre em outro lugar. Sempre pré-ocupado.* (5º parágrafo)

6. Considere a seguinte passagem do 7º parágrafo:

É só o que eu peço a cinco mil anos de tradição acumulada por monges e budas e maharishis e demais sábios barbudos ou imberbes do longínquo Oriente.

Uma análise correta da linguagem empregada na passagem está na alternativa:

- (A) A conjunção **ou** estabelece entre os vocábulos *barbudos* e *imberbes* sentido de comparação.
- (B) A repetição da conjunção **e** organiza uma enumeração em que o último elemento tem sentido mais genérico que os anteriores.
- (C) O termo *sábios* está empregado com a mesma função sintática que na frase: "O sofrimento nos deixa mais sábios".
- (D) A preposição **a** introduz um vocativo, a quem o autor se dirige com acentuada deferência.
- (E) A preposição **por** estabelece relação de causa, assim como na frase: "A reunião foi adiada por falta de quórum".

7. O sinal indicativo de crase pode ser acrescido, por ser facultativo, à expressão destacada em:

- (A) *Meditar é aprender a estar aqui, agora.* (5º parágrafo)
- (B) *se voltavam ávidos a técnicas milenares de relaxamento...* (2º parágrafo)
- (C) *Agora sente o sol aquecendo as escamas.* (3º parágrafo)
- (D) *o macarrão que esfria, a minha frente.* (6º parágrafo)
- (E) *Esquece as moscas.* (3º parágrafo)



8. *Não há nada de místico na meditação. Pelo contrário. Meditar é aprender a estar aqui, agora.* (5º parágrafo)

Essa passagem está corretamente reescrita com o sentido preservado, em linhas gerais, em:

- (A) Meditar é aprender a estar aqui, agora; exceto quando não há nada de místico na meditação.
- (B) Não obstante não há nada de místico na meditação, meditar é aprender a estar aqui, agora.
- (C) Meditar é aprender a estar aqui, agora; contanto que não há nada de místico na meditação.
- (D) Não há nada de místico na meditação, haja vista que meditar é aprender a estar aqui, agora.
- (E) Não há nada de místico na meditação, malgrado meditar é aprender a estar aqui, agora.

9. Uma frase redigida com clareza e correção é:

- (A) O ansioso ocupa-se em elocubrar a respeito de fatos futuros, enquanto negligencia-se do tempo presente.
- (B) Chegar à Lua e avançar na engenharia genética não mitigaram as inquietações que encerram a humanidade.
- (C) Os trinta minutos que se perderam quando nasci, nunca foram recuperados – pelo menos é como sinto-me.
- (D) A revista dominical do “New York Times” publicou uma matéria interessante, cujo o tema versava a ansiedade.
- (E) Reunidos em um prédio em São Paulo, alguns de nós procurávamos aprender um modo de vencer a ansiedade.

10. Está redigido com objetividade e correção o que se encontra em:

- (A) O medo de ser excluído de eventos sociais é um dos muitos fatores que levam os usuários da rede a se virem na obrigação de estarem constantemente conectados, o que em grande parte dos casos gera comportamentos compulsivos.
- (B) A dependência à internet é tamanha que muitos indivíduos têm seu humor alterado quando chegam em um local que não é possível conectar-se. Paralelamente, as relações no meio não virtual tendem a se fragilizar.
- (C) Estudos recentes alertam quanto os impactos nocivos do uso desregrado das redes sociais. Jovens que passam mais de duas horas por dia nesses ambientes são mais suscetíveis a desenvolverem sintomas de ansiedade e depressão.
- (D) As redes sociais têm adquirido importância crescente na sociedade moderna. Sua relevância estende-se da vida pessoal às mobilizações sociais. Seu mau uso, entretanto, pode desencadear um transtorno de ansiedade.
- (E) Além do tempo perdido, passar muito tempo nas redes sociais prejudica a saúde mental. Isto porque quanto mais tempo gasto diante do celular ou do computador, mais tempo se quer ficar, o que as tornam tão viciantes.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

11. Se o veículo ultrapassar os 50 km/h, então seu motorista será multado.

Uma afirmação equivalente à afirmação anterior é:

- (A) Se o motorista não foi multado, então seu veículo ultrapassou os 50 km/h.
- (B) O veículo não ultrapassou os 50 km/h e seu motorista não será multado.
- (C) O veículo não ultrapassa os 50 km/h ou seu motorista é multado.
- (D) Se o motorista foi multado, então seu veículo ultrapassou os 50 km/h.
- (E) O motorista só será multado se o veículo ultrapassar os 50 km/h.

12. A tabela abaixo mostra os tempos de Fernanda em 5 dias seguidos de treinamento de corrida.

Tempos diários do treinamento de Fernanda	
2ª Feira	12 min 35 s
3ª Feira	11 min 20 s
4ª Feira	13 min 15 s
5ª Feira	12 min 40 s
6ª Feira	13 min 00 s

Nas duas semanas seguintes Fernanda também treinou 5 dias seguidos. Na primeira dessas duas semanas, Fernanda correu, cada um dos 5 dias, em um tempo igual ao menor tempo da tabela. Na segunda dessas duas semanas, Fernanda correu, cada um dos 5 dias, em um tempo igual ao maior tempo da tabela. Desse modo, o total de tempo de treinamento a mais, que Fernanda treinou na segunda dessas duas semanas em relação à primeira delas, foi igual a

- (A) 9 minutos e 35 segundos.
- (B) 8 minutos e 45 segundos.
- (C) 10 minutos e 15 segundos.
- (D) 9 minutos e 55 segundos.
- (E) 8 minutos e 25 segundos.



13. Na sequência (5, 7, 9, 11, 6, 8, 10, 12, 7, 9, 11, 13, 8, 10, 12, 14, 9, 11, 13, 15, 10, 12, 14, 16, 11, . . .), o número 15 aparece pela primeira vez na 20ª posição e aparecerá pela última vez na posição de número
- (A) 44
(B) 41
(C) 43
(D) 42
(E) 40

Noções de Informática

14. Para conhecer a finalidade de um comando no Linux, um Técnico precisará digitar um primeiro comando seguido do nome do comando que deseja conhecer. O primeiro comando que terá que utilizar, nesse caso, é o
- (A) `bash`
(B) `help`
(C) `man`
(D) `show`
(E) `ls`

15. Considere a planilha abaixo, digitada no Microsoft Excel 2013, em português.

	A	B
1	TR DIÁRIA	
2	Data	Índice
3	01/10/66	0,001008471
4	02/10/66	0,001008243
5	03/10/66	0,001008243
6	04/10/66	0,001008243
7	05/10/66	0,001008243
8		
9	Valor a procurar	04/10/66
10	Índice	0,001008243

Na célula B10 deseja-se digitar uma fórmula que localize na coluna A a data contida na célula B9 (04/10/66), e exiba em B10 o índice correspondente a esse valor que se encontra na coluna B (0,001008243). A fórmula que deve ser digitada é

- (A) `=PROCV (B9 ; A3 : B7 ; 2)`
(B) `=SE (A?=B9 ; PRINT (B?))`
(C) `=PROCH (B9 ; A3 : B7 ; 2)`
(D) `=PROCURAR (B9 ; A3 : B7 ; 1)`
(E) `=LOCALIZAR (B9 ; A3 : B7 ; 1)`

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

16. Segundo expressamente previsto na Constituição Federal, constitui direito social da pessoa com deficiência:
- (A) ter garantida cadeira de rodas ou outro veículo motorizado ou não para circulação em espaços públicos.
(B) proibição de discriminação na participação comunitária.
(C) ter garantida meia entrada em espaços culturais de acesso pago.
(D) proibição de qualquer discriminação no tocante a salário.
(E) proibição de identificação ostensiva de sua deficiência em espaços de concentração de pessoas.



17. O Decreto nº 5.296/2004, ao regulamentar a Lei nº 10.098/2000, previu que os semáforos para pedestres, instalados nas vias públicas com intenso fluxo de veículos, de pessoas ou que apresentem periculosidade, deverão estar equipados com mecanismo que sirva de guia ou orientação para travessias de pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência
- (A) auditiva.
 - (B) visual.
 - (C) mental.
 - (D) física.
 - (E) intelectual.
-
18. Em vias públicas, parques e demais espaços existentes, conforme previsão da Lei nº 10.098/2000, cada brinquedo e equipamento de lazer existente devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, num percentual de no mínimo,
- (A) 5% para utilização de pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.
 - (B) 10% para utilização de pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.
 - (C) 20% para utilização de pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.
 - (D) 5% para utilização de pessoas com deficiência, excluindo-se a deficiência visual, ou com mobilidade reduzida.
 - (E) 10% para utilização de pessoas com deficiência, excluindo-se a deficiência visual, ou com mobilidade reduzida.
-

Legislação e Ética no Serviço Público

19. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior
- (A) terá direito ao recebimento de diária, sendo que, na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, não terá obrigatoriedade de restituir o que recebeu em excesso, uma vez que a diária é devida em razão do deslocamento e não do tempo de permanência, recebendo o excesso a título de indenização.
 - (B) não terá direito ao recebimento de diária, uma vez que a diária só é devida nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo e não eventual ou temporária.
 - (C) terá direito ao recebimento de diária, sendo que, na hipótese de o servidor receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de sessenta dias.
 - (D) terá direito ao recebimento de diária somente na hipótese de afastamento dentro do território nacional, sendo indevida por expressa vedação legal quando o deslocamento ocorrer para o exterior.
 - (E) terá direito ao recebimento de diária que será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.
-
20. Considere as seguintes hipóteses:
- I. José Carlos, não sendo agente público, induziu seu primo Douglas, servidor público federal, à prática de ato de improbidade administrativa.
 - II. Horácio, não sendo agente público, concorreu para a prática de ato de improbidade administrativa praticado pela sua amiga Tábata, servidora pública federal ainda não estável.
 - III. Isabel, não sendo agente público, se beneficiou indiretamente pela prática de ato de improbidade administrativa praticado pela sua vizinha, Sofia, que exercia cargo em comissão na empresa pública "X".
- Nesses casos, as disposições da Lei nº 8.429/1992 serão aplicáveis, no que couber, a
- (A) José Carlos, Douglas, Horácio, Tábata, Isabel e Sofia.
 - (B) Douglas, Tábata e Sofia, apenas.
 - (C) José Carlos, Douglas, Horácio, Tábata e Sofia, apenas.
 - (D) Douglas, Horácio e Tábata, apenas.
 - (E) Douglas e Sofia, apenas.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito do Trabalho**

21. Súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) prevê que na hipótese de reconhecimento de culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, as férias proporcionais
- (A) não são devidas ao empregado, assim como não é devido o 13º salário proporcional, por expressa vedação legal.
 - (B) não são devidas ao empregado, assim como não é devido o aviso prévio, por expressa vedação legal.
 - (C) são devidas ao empregado na proporção de 50%, e na mesma proporção o aviso prévio e o 13º salário.
 - (D) são devidas ao empregado na proporção de 40%, assim como as férias vencidas.
 - (E) são devidas ao empregado na proporção de 60%, e na mesma proporção o 13º salário.
-
22. Considere hipoteticamente que Camila foi admitida pela Fábrica de Colchões "T" Ltda. para trabalhar na recepção da empresa, tendo sido celebrado contrato de experiência pelo prazo de 60 dias. Após dez dias da celebração do contrato, Camila descobre que está grávida e comunica tal fato ao seu empregador. Nesse caso, de acordo com entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, Camila
- (A) terá direito à estabilidade provisória prevista para a gestante, sendo vedada a sua dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.
 - (B) não terá direito à estabilidade provisória prevista para a gestante uma vez que o contrato foi celebrado por prazo determinado.
 - (C) terá direito à estabilidade provisória prevista para a gestante, sendo vedada a sua dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a confirmação da gravidez até os 60 dias previstos para encerramento do contrato.
 - (D) terá direito à estabilidade provisória prevista para a gestante, sendo vedada a sua dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a confirmação da gravidez até o dobro do prazo do contrato, ou seja 120 dias.
 - (E) terá direito à estabilidade provisória prevista para a gestante, sendo vedada a sua dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a comunicação da gravidez para seu empregador até 4 meses após o parto.
-
23. Vânia, empregada regularmente contratada da empresa Embalagens "D" Ltda., quando estava grávida de 22 semanas, infelizmente sofreu um aborto espontâneo, comprovado por atestado médico oficial. Neste caso, seu contrato de trabalho será
- (A) suspenso, e Vânia terá direito a um repouso remunerado de 10 dias.
 - (B) interrompido, e Vânia terá direito a um repouso remunerado de 10 dias.
 - (C) suspenso, e Vânia terá direito a um repouso remunerado de 15 dias.
 - (D) interrompido, e Vânia terá direito a um repouso remunerado de 2 semanas.
 - (E) interrompido, e Vânia terá direito a um repouso remunerado de 15 dias.
-
24. Henrique e Bruno são empregados da Lanchonete "R" Ltda. Em razão da prática de crimes diversos alheios ao ambiente de trabalho, ambos estão sendo processados criminalmente, mas continuam trabalhando normalmente, não faltando sem justificativa ao serviço. Esta semana a sentença penal condenatória de ambos transitou em julgado, e Henrique terá que cumprir pena em regime inicial fechado; já Bruno foi condenado à pena de reclusão mas com suspensão da execução da pena. Nesse caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a empregadora
- (A) poderá rescindir por justa causa ambos os contratos de trabalho em razão do trânsito em julgado das sentenças penais condenatórias.
 - (B) poderá rescindir por justa causa apenas o contrato de trabalho de Henrique.
 - (C) não poderá rescindir por justa causa nenhum dos contratos de trabalho, uma vez que não se trata de hipótese legal autorizadora da rescisão contratual nesta modalidade.
 - (D) poderá rescindir por justa causa o contrato de trabalho tanto de Henrique quanto de Bruno, uma vez que, por terem cometido crimes, é configurado ato de improbidade, bem como mau procedimento, condutas autorizadoras da rescisão contratual nesta modalidade.
 - (E) não poderá rescindir por justa causa nenhum dos contratos de trabalho, uma vez que são hipóteses específicas que caracterizam interrupção contratual.
-
25. Com relação ao aviso prévio, considere:
- I. Conta-se o prazo do aviso prévio excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento.
 - II. Ao aviso prévio serão acrescidos 3 dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 30 perfazendo um total de até 60 dias.
 - III. É possível e legal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho no aviso prévio trabalhado, pelo pagamento das horas correspondentes.
 - IV. O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
- De acordo com a legislação competente, bem como com entendimento sumulado do TST, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) I e IV.



26. Silvana, estudante de direito, está muito interessada nas modificações introduzidas na Consolidação das Leis do Trabalho através da Lei nº 13.467/2017, lendo diariamente todas as notícias de jornais e revistas para debater-las com o seu pai, grande empresário do ramo alimentício. Assim, ela verificou importantes mudanças relativas ao tempo de deslocamento do empregado até o seu local de trabalho, afirmando ao seu pai que, após a mudança legislativa, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno,
- (A) por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser considerado tempo à disposição do empregador, excetuando-se o tempo despendido caminhando.
 - (B) caminhando ou por qualquer meio de transporte, exceto o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
 - (C) caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser considerado tempo à disposição do empregador.
 - (D) caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
 - (E) por qualquer meio de transporte, exceto o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser considerado tempo à disposição do empregador, excetuando-se o tempo despendido caminhando.

27. Cândida, Felícia e Gilberto são empregados da empresa "AL". Todos os dias, Cândida, Felícia e Gilberto chegam à empresa aproximadamente quinze minutos antes do início da jornada de trabalho. Durante esse período, Cândida alimenta-se com o seu café da manhã, Felícia estuda para o curso de alemão que está fazendo e Gilberto utiliza o tempo para colocar o uniforme, mesmo não sendo obrigatória a realização da troca na empresa, uma vez que não se sente confortável em usar o uniforme em seu trajeto. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, não se considera tempo à disposição do empregador, NÃO computando, portanto, como período extraordinário, o mencionado tempo gasto por
- (A) Cândida para alimentação e Gilberto para troca de roupa, apenas.
 - (B) Cândida para alimentação e Felícia para estudo, apenas.
 - (C) Cândida para alimentação, Felícia para estudo e Gilberto para troca de roupa.
 - (D) Felícia para estudo e Gilberto para troca de roupa, apenas.
 - (E) Felícia para estudo, apenas.

28. Com relação à jornada de trabalho, considere:

- I. O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas.
- II. Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
- III. O valor das horas extras habituais não integra a remuneração do trabalhador para o cálculo das gratificações semestrais.
- IV. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e III.
29. A empresa familiar "BL" está modernizando o seu sistema de informática e pretende colocar um número limite de faltas injustificadas para cálculo dos dias que o empregado terá direito para gozo de suas férias, respeitando as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho. Assim, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, para que o empregado tenha direito ao gozo de 30 dias corridos de férias, o número limite de faltas injustificadas será
- (A) 10
 - (B) 7
 - (C) 3
 - (D) 2
 - (E) 5



30. Com relação às férias, considere:

- I. Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
- II. É vedado o início das férias no período de 2 dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- III. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado, sendo que os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.
- IV. Os empregados maiores de 60 anos de idade gozarão das férias sempre de uma só vez, assim como o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

Noções de Direito Processual do Trabalho

31. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro,

- (A) não incluso esse último dia, suspende-se, sendo permitida a realização de audiências e sessões de julgamento durante tal lapso de tempo.
- (B) inclusive, interrompe-se, sendo que, durante tal lapso de tempo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.
- (C) inclusive, interrompe-se, sendo que, durante tal lapso de tempo, é permitido que sejam realizadas audiências e sessões de julgamento.
- (D) inclusive, suspende-se, sendo que, durante tal lapso de tempo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.
- (E) não incluso esse último dia, interrompe-se, sendo vedada a realização de audiências e sessões de julgamento durante o prazo suspenso.

32. Na reclamação trabalhista "V" o valor da causa é R\$ 100.000,00. Durante a tramitação processual, as partes celebraram um acordo no valor total de R\$ 70.000,00, convencionando que as custas processuais serão pagas pela empresa reclamada. Nesse caso, as custas processuais devidas pela empresa são de

- (A) 2% sobre o valor da causa.
- (B) 2% sobre o valor do acordo.
- (C) 1% sobre o valor do acordo.
- (D) 1% sobre o valor da causa.
- (E) 3% sobre o valor da causa.

33. Márcio, advogado, teve o seu contrato de trabalho rescindido pela sua empregadora, a empresa "A". Em razão do recebimento de valor menor que o devido, Márcio ajuizou reclamação trabalhista, advogando em causa própria. Nesse caso, no tocante aos honorários de sucumbência da mencionada reclamação trabalhista, sobre o valor que resultar da liquidação da sentença do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa,

- (A) em caso de procedência total do pedido, serão devidos honorários de sucumbência a Márcio, ainda que esteja atuando em causa própria, sendo fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 15%.
- (B) mesmo em caso de procedência total do pedido, não serão devidos honorários de sucumbência a Márcio porque o mesmo está atuando em causa própria.
- (C) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, podendo ocorrer a compensação entre os honorários.
- (D) em caso de procedência total do pedido, serão devidos honorários de sucumbência a Márcio, ainda que esteja atuando em causa própria, sendo fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20%.
- (E) em caso de procedência total do pedido, serão devidos honorários de sucumbência a Márcio, ainda que esteja atuando em causa própria, sendo fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15%.



34. Com relação à audiência de julgamento, considere:

- I. É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente, sendo que o preposto não precisa ser empregado da parte reclamada.
- II. Se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.
- III. Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- IV. O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação além da condenação em multa variável entre 1% e 3% sobre o valor da causa, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

35. Na reclamação trabalhista "X", Ronaldo alega que prestou serviços na qualidade de empregado para a empresa "L" requerendo, dentre diversos pedidos, o reconhecimento do vínculo de emprego. Já na reclamação "Y", Frederica alega que teve o seu contrato de trabalho celebrado com a empresa "B" rescindido sem justa causa, não tendo recebido as verbas rescisórias a que tinha direito. Em sede de contestação, a empresa "L" negou a prestação de serviços e a empresa "B" negou o despedimento. Nesses casos, o ônus de provar o término do contrato de trabalho nas reclamações trabalhistas "X" e "Y", de acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho

- (A) é, respectivamente, de Ronaldo e da empresa "B".
- (B) é, respectivamente, da empresa "L" e de Frederica.
- (C) é, respectivamente, da empresa "L" e da empresa "B".
- (D) é, respectivamente, de Ronaldo e de Frederica.
- (E) dependerá do rito processual a ser seguido.

36. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Recurso de revista com fundamento em violação literal a dispositivo da Constituição Federal.
- II. Recurso de revista com fundamento em contrariedade à Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
- III. Recurso de revista com fundamento em contrariedade à Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo será admissível o recurso de revista nas hipóteses indicadas em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

37. Em determinada reclamação trabalhista a empresa reclamada "S" foi condenada em R\$ 15.000,00 a título de reparação de dano moral sofrido por Bruna, sendo este o único pedido da referida reclamação. A empresa "S", inconformada, interpôs recurso ordinário, depositando regularmente o depósito recursal de R\$ 9.189,00. O recurso ordinário foi recebido mas negado provimento. A empresa "S" pretende interpor recurso de revista. Nesse caso, considerando que o valor do depósito recursal pertinente a este recurso é de R\$ 18.378,00, ultrapassando o valor da condenação, de acordo com entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, para interposição do recurso de revista, a empresa "S"

- (A) está obrigada a depositar o valor integral do depósito recursal referente ao recurso de revista dentro dos 8 dias de prazo para a sua interposição.
- (B) não está obrigada a depositar o valor integral do depósito recursal referente ao recurso de revista, devendo, no entanto, depositar o valor restante para atingir o valor da condenação.
- (C) não está obrigada a depositar mais nenhum valor a título de depósito recursal, ainda que não tenha atingido o valor da condenação, obedecendo-se o princípio da menor onerosidade recursal.
- (D) não está obrigada a depositar mais nenhum valor a título de depósito recursal, ainda que não tenha atingido o valor da condenação, obedecendo-se o princípio do duplo grau de jurisdição e da vedação ao enriquecimento ilícito.
- (E) está obrigada a depositar o valor integral do depósito recursal referente ao recurso de revista em até 3 dias após a sua interposição.



38. Na hipótese da disponibilização de sentença na sexta-feira, com publicação na segunda-feira e não havendo qualquer feriado ou ausência de expediente durante o prazo recursal, o último dia de prazo para a interposição de Recurso Ordinário será:
- (A) sexta-feira da semana da publicação.
 - (B) quarta-feira da semana seguinte à da publicação.
 - (C) terça-feira da semana seguinte à da publicação.
 - (D) segunda-feira da semana seguinte à da publicação.
 - (E) quinta-feira da semana seguinte à da publicação.

39. Considere as seguintes decisões interlocutórias proferidas em reclamações trabalhistas:

- I. Decisão interlocutória de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- II. Decisão interlocutória que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,

- (A) ambas as decisões, apesar de interlocutórias, ensejam recurso imediato.
- (B) nenhuma das decisões enseja recurso imediato em razão do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias vigente no Direito Processual do Trabalho.
- (C) somente a decisão interlocutória descrita no item "I" enseja recurso imediato.
- (D) somente a decisão interlocutória descrita no item "II" enseja recurso imediato.
- (E) as referidas decisões interlocutórias somente ensejariam recurso imediato se proferidas em reclamações trabalhistas em que uma das partes é Sindicato.

40. A Lei nº 11.419/2006, que regulamenta a informatização do Processo Judicial, dispõe que

- (A) se consideram realizados os atos processuais por meio eletrônico às 23 horas e 59 minutos do dia do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que não deverá ser fornecido protocolo eletrônico.
- (B) se considera meio eletrônico, para fins específicos da referida lei, toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.
- (C) os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
- (D) no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, exceto da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma da referida Lei.
- (E) quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, sendo, porém, vedada posteriormente sua destruição.

Noções de Direito Constitucional

41. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade e eficácia,

- (A) todas as normas de direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal têm eficácia plena, já que são normas de aplicação imediata segundo o texto constitucional.
- (B) na ausência de norma regulamentadora de norma constitucional de eficácia contida poderá ser impetrado *habeas data*, desde que para assegurar a aplicação de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) caracteriza norma de eficácia limitada aquela segundo a qual o direito de greve será exercido pelos servidores públicos nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (D) caracteriza norma programática aquela segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) na ausência de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos previstos em normas constitucionais de eficácia limitada, poderá ser impetrado mandado de segurança.



42. Está em conformidade com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal a decisão
- (A) judicial que autoriza a autoridade competente a ingressar no domicílio do réu, durante a noite, sem seu consentimento, para que seja cumprido mandado de prisão expedido após o trânsito em julgado de sentença condenatória penal.
 - (B) judicial que autoriza a quebra do sigilo telefônico para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, sendo incabível decisão judicial para determinar a mesma providência para fins de instrução processual civil.
 - (C) de membro do Ministério Público que autoriza o ingresso em domicílio, sem consentimento do morador, durante o dia, para que seja preso o devedor de obrigação alimentícia.
 - (D) de membro do Ministério Público que determina a suspensão das atividades de associação que persiga fins ilícitos.
 - (E) administrativa segundo a qual o direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação não se aplica no âmbito administrativo, mas apenas no judicial.
-
43. Um grupo de empregados atuantes em determinada empresa afirmou ao seu superior hierárquico que pretende constituir um sindicato da categoria, fato esse que levou os empregados e o diretor da empresa a consultarem vários advogados a respeito do assunto. Dentre as orientações que receberam, mostra-se compatível com a Constituição Federal aquela segundo a qual
- (A) é desnecessária autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, sendo vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - (B) o sindicato poderá ter a mesma base territorial de organização sindical do mesmo grau que represente a mesma categoria profissional ou econômica dos empregados, desde que assim deliberem os respectivos associados, não podendo sua área de atuação ser inferior à de um Município.
 - (C) o sindicato poderá defender os direitos e interesses coletivos da categoria em questões judiciais ou administrativas, mas não poderá fazê-lo para defesa de direitos e interesses individuais.
 - (D) o empregado que tenha registrado sua candidatura a cargo de direção ou de representação sindical poderá ser demitido sem justa causa durante o processo eleitoral, mas, se eleito, não poderá ser dispensado até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.
 - (E) é vedado à assembleia geral do sindicato fixar contribuição para o custeio do sistema confederativo de representação sindical da categoria profissional respectiva.
-
44. Aos Estados, no exercício das competências que lhes são outorgadas pela Constituição Federal, cabe legislar,
- (A) privativamente, em matéria de responsabilidade por dano ao consumidor, uma vez que não cabe à União e aos Municípios dispor sobre o assunto.
 - (B) concorrentemente com a União em matéria de proteção e defesa da saúde, desde que a União não tenha exercido a competência plena nesse assunto.
 - (C) em matéria de direito do trabalho, desde que a União não tenha exercido sua competência nesse assunto.
 - (D) concorrentemente com a União, sobre procedimentos em matéria processual, devendo a União, no entanto, limitar-se a estabelecer normas gerais nesse assunto.
 - (E) privativamente, sobre trânsito e transporte, uma vez que lhes cabe exercer as competências que não lhes sejam vedadas pelo texto constitucional.
-
45. Órgão do Poder Judiciário Federal contratou empresa de prestação de serviços de limpeza sem prévia licitação exigida em lei, motivo pelo qual o Tribunal de Contas da União, ao tomar conhecimento do fato, fixou prazo para que o órgão adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Decorrido o prazo sem que tivesse sido tomada qualquer medida pelo órgão público, o Tribunal de Contas da União informou esse fato ao Congresso Nacional, que sustou a execução do contrato celebrado irregularmente. Nessa situação, NÃO se adequa à Constituição Federal a
- (A) sustação da execução do contrato pelo Congresso Nacional, por falta de competência para tanto, embora, no caso em questão, o contrato não tenha sido celebrado em violação ao texto constitucional.
 - (B) contratação sem a observância das normas de licitação, bem como a fixação de prazo pelo Tribunal de Contas da União para que o órgão do Poder Judiciário adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, uma vez que somente o Superior Tribunal de Justiça poderia decidir nesse sentido.
 - (C) contratação sem a observância das normas de licitação, bem como a sustação da execução do contrato pelo Congresso Nacional, uma vez que não compete ao Poder Legislativo essa decisão, que acabou por violar o princípio da separação de poderes.
 - (D) fixação de prazo pelo Tribunal de Contas da União para que o órgão do Poder Judiciário adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, uma vez que somente o Congresso Nacional, que é titular da função de fiscalização, poderia fazê-lo, embora, no caso em questão, o contrato não tenha sido celebrado em violação do texto constitucional.
 - (E) contratação sem observância das normas de licitação, embora caiba ao Tribunal de Contas fixar prazo para que o órgão do Poder Judiciário adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei.



46. Determinada empresa pública federal, que recebe recursos financeiros para pagamento de despesas de pessoal, foi condenada em processo administrativo, instaurado por órgão federal de fiscalização das relações de trabalho, ao pagamento de multa por não ter cumprido norma de proteção à saúde do trabalhador. A empresa pública propôs ação judicial perante a Justiça Federal para anular essa penalidade, não tendo obtido sucesso. Na sequência, um de seus empregados ajuizou ação indenizatória, perante a Justiça do Trabalho, pleiteando a condenação da empresa ao ressarcimento dos danos morais e patrimoniais por ele sofridos em razão do descumprimento da norma de proteção à saúde do trabalhador, tendo o pedido sido julgado procedente para o fim de condená-la ao pagamento de indenização fixada em valor superior ao subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Mostra-se INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal
- (A) a propositura, perante a Justiça do Trabalho, da ação judicial pelo empregado público, uma vez que compete à Justiça Federal julgá-la e processá-la, bem como o recebimento, pelo empregado público, de indenização em valor superior ao subsídio pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo competente a Justiça Federal para processar e julgar a ação proposta pela empresa.
 - (B) a propositura, perante a Justiça do Trabalho, da ação judicial pelo empregado público, uma vez que a competência para processá-la e julgá-la é da Justiça Federal, mas o texto constitucional não impede o empregado público de receber indenização em valor superior ao subsídio pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo competente a Justiça Federal para processar e julgar a ação proposta pela empresa.
 - (C) o recebimento, pelo empregado público, de indenização em valor superior ao subsídio pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o limite máximo de remuneração previsto na Constituição Federal para os servidores da Administração Pública, tendo sido as ações ajuizadas perante a Justiça constitucionalmente competente.
 - (D) a propositura, perante a Justiça Federal, da ação judicial pela empresa pública federal, uma vez que a competência para processar e julgar essa causa é da Justiça do Trabalho, bem como a propositura, perante a Justiça do Trabalho, da ação promovida pelo empregado público, por ser de competência da Justiça Federal, embora lhe seja permitido receber indenização em valor superior ao subsídio pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) a propositura, perante a Justiça Federal, da ação judicial pela empresa pública federal, uma vez que a competência para processar e julgar essa causa é da Justiça do Trabalho, sendo compatível com o texto constitucional a propositura, perante a Justiça do Trabalho, da ação judicial promovida pelo empregado público, que poderá receber indenização em valor superior ao subsídio pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
-
47. Suponha que o Presidente da República encaminhe projeto de lei à Câmara dos Deputados que prevê (i) a criação de um Tribunal Regional do Trabalho; (ii) o aumento do número de membros dos Tribunais Regionais do Trabalho e (iii) o aumento da remuneração dos servidores integrantes de serviços auxiliares do Tribunal Superior do Trabalho. Considerando as normas constitucionais que tratam sobre a iniciativa para a apresentação de projetos de lei, a proposição legislativa em comento
- (A) encontra-se em conformidade com a Constituição Federal, uma vez que o Presidente da República tem iniciativa legislativa para apresentar projeto de lei que disponha sobre todos os temas que são objeto da proposta, ainda que o Tribunal Superior do Trabalho também possa apresentar projeto de lei sobre a mesma matéria.
 - (B) é incompatível com a Constituição Federal no que toca a todos os temas nela tratados, uma vez que apenas poderiam ser objeto de proposta do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) é incompatível com a Constituição Federal apenas no que toca ao aumento de remuneração dos servidores integrantes de serviços auxiliares do Tribunal Superior do Trabalho, uma vez que essa matéria somente pode ser objeto de proposta do próprio Tribunal.
 - (D) é incompatível com a Constituição Federal apenas no que toca ao aumento do número de membros dos Tribunais Regionais do Trabalho, uma vez que essa matéria somente pode ser objeto de proposta do Tribunal Regional do Trabalho nela interessado diretamente.
 - (E) é incompatível com a Constituição Federal apenas no que toca à criação de um Tribunal Regional do Trabalho, uma vez que essa matéria somente pode ser objeto de proposta do Tribunal Superior do Trabalho.
-
48. A Constituição Federal prevê a possibilidade de edição de súmula vinculante em matéria constitucional, que tenha por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas,
- (A) mediante decisão da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, que, todavia, não é atingido pelos efeitos vinculantes de seu ato.
 - (B) pelo Superior Tribunal de Justiça, com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (C) pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça, ambos competentes para julgar as ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou atos normativos nos termos da Constituição Federal.
 - (D) cuja aprovação, revisão ou cancelamento pode ser provocada, sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
 - (E) que, quando contrariada por lei federal, estadual ou municipal, poderá ensejar o ajuizamento de reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal.

**Noções de Direito Administrativo**

49. Constitui exemplo de atuação da Administração pública fundada no exercício do poder de polícia:
- (A) Interdição e demolição de construção com risco de desabamento.
 - (B) Permissão de uso de imóvel público para particular que se responsabilize por sua guarda.
 - (C) Declaração de inidoneidade à particular que fraudou procedimento licitatório.
 - (D) Concessão de serviço público à exploração privada, sujeito às normas fixadas pelo poder concedente.
 - (E) Aplicação de penalidade a servidor público, observado o devido processo legal e o contraditório.
-
50. Suponha que determinado cidadão tenha interposto recurso administrativo, buscando a anulação de um ato praticado por autoridade administrativa, consistente na concessão de alvará de funcionamento de estabelecimento comercial, alegando que, embora não seja titular do direito envolvido, o ato em questão estaria afetando indiretamente seus interesses. O recurso foi interposto perante a autoridade superior àquela que proferiu a referida decisão. Diante de tal situação,
- (A) o recurso não será conhecido, por se tratar de ato vinculado, cujo controle somente é admissível em sede judicial, quando identificado vício de legalidade.
 - (B) o recurso não será conhecido, eis que, embora apresentado perante a autoridade competente, o postulante não possui legitimidade para recorrer, podendo, contudo, solicitar a revisão do ato perante a autoridade que o prolatou.
 - (C) o recurso deverá ser conhecido, desde que apresentado no prazo de 10 dias da publicação do ato recorrido, podendo a autoridade competente, a seu critério, submetê-lo, previamente, à revisão da autoridade prolatora.
 - (D) embora o postulante possua legitimidade para recorrer, o recurso não será conhecido eis que interposto perante autoridade incompetente, o que não impede que o ato seja revisto de ofício pela Administração, se ilegal e se não operada a preclusão administrativa.
 - (E) embora interposto perante autoridade incompetente e por pessoa não legitimada, o recurso pode ser conhecido, a critério da Administração, desde que intime o beneficiário do ato para apresentar suas contrarrazões.
-
51. Suponha que determinada autoridade pública tenha concedido a particular permissão de uso de "box" em um Mercado Municipal. Posteriormente, foi constatado que a autoridade que praticou o ato não detinha a competência legal e tampouco houve delegação para a sua prática. Diante de tal situação, o ato em questão
- (A) é nulo, devendo ser revogado administrativa ou judicialmente.
 - (B) é passível de convalidação pela autoridade competente.
 - (C) pode ser mantido, pela mesma autoridade, se verificado o interesse público na sua edição.
 - (D) não é passível de ratificação, dado o seu caráter discricionário, sendo nulo de pleno direito.
 - (E) ostenta vício de competência, insanável por se tratar de ato vinculado, cuja competência é sempre indelegável.
-
52. Suponha que determinada autarquia estadual pretenda alienar diversos móveis e equipamentos de sua titularidade, que estão ociosos e se tornaram inservíveis às finalidades da entidade. De acordo com as disposições pertinentes da Lei nº 8.666/1993,
- (A) os bens poderão ser alienados independentemente de licitação, se o valor total foi inferior a R\$ 150.000,00, mediante prévio cadastramento dos interessados.
 - (B) os bens poderão ser alienados mediante pregão, eletrônico ou presencial, precedido de avaliação e justificativa da autoridade quanto à inservibilidade.
 - (C) a alienação depende de prévia avaliação e de procedimento licitatório, sendo cabível a adoção da modalidade leilão.
 - (D) somente é admissível a doação a outro órgão ou entidade pública ou entidade privada sem fins lucrativos, vedada a alienação a particulares.
 - (E) é obrigatória a instauração de licitação, na modalidade concorrência, independentemente do valor dos bens, para ampla concorrência e obtenção da melhor proposta.



53. De acordo com as disposições pertinentes da Lei nº 8.666/1993, a garantia exigível daqueles que contratam com a Administração para assegurar a execução do contrato
- (A) somente pode ser prestada por caução em dinheiro ou fiança bancária.
 - (B) limita-se ao valor do contrato e pode ser prestada mediante seguro garantia.
 - (C) pode ser dispensada, justificadamente, pela autoridade contratante.
 - (D) é obrigatória para o contratado e facultativa em relação às obrigações da Administração contratante.
 - (E) somente é exigível para obras e serviços de engenharia, limitada a 10% do valor do contrato.

54. Suponha que determinado servidor público federal tenha solicitado licença para tratar de interesses particulares, a qual, contudo, restou negada pela Administração. Entre os possíveis motivos legalmente previstos para negativa, nos termos disciplinados pela Lei nº 8.112/1990, se insere(m):

- I. Estar o servidor no curso de estágio probatório.
- II. Ser o servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.
- III. Razões de conveniência da Administração.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Noções de Gestão Pública

55. Entre as atividades inerentes à atuação do administrador, insere-se a de direção ou coordenação, que envolve, necessariamente, a comunicação. Nesse contexto, o mecanismo que constitui uma forma simples para coordenar as atividades da organização, podendo ser formal ou informal, pautado pela comunicação entre os responsáveis pelas atividades para obter o equilíbrio entre as quantidades, tempos de produção e direções a serem seguidas, denomina-se

- (A) ajuste espontâneo.
- (B) matriz de responsabilidades.
- (C) diagrama de Pareto.
- (D) condução forçada.
- (E) planejamento tático.

56. Suponha que determinada empresa pública esteja realizando um processo de planejamento estratégico utilizando como metodologia o *Balanced Scorecard* (BSC). Isso significa que, na fase denominada diagnóstico institucional,

- (A) efetuará a análise externa das forças e fraquezas da instituição, realizando o mapeamento das competências existentes na organização.
- (B) avaliará a missão da empresa, tal como estabelecida na lei que a instituiu, e irá ajustá-la aos cenários identificados para sua atuação no curto e médio prazo.
- (C) realizará a análise interna dos desafios e oportunidades da empresa, tomando por base, exclusivamente, a perspectiva econômica.
- (D) definirá a visão da empresa, olhando para o futuro e identificando a forma que espera que a mesma seja reconhecida por colaboradores, clientes e pela sociedade.
- (E) definirá os valores que devem orientar a atuação da empresa, com o estabelecimento de indicadores que tomem por base a tradução em metas financeiras ou sociais desses valores.



57. Uma das metodologias consagradas para a gestão de projetos é conhecida como Caminho Crítico (*Critical Path Method – CPM*), que tem como característica preponderante a
- (A) análise probabilística dos cenários pessimista e otimista para a conclusão do projeto, com a apresentação de uma média ponderada do tempo estimado para conclusão.
 - (B) identificação das atividades que não podem sofrer atrasos sob pena de comprometer o prazo de conclusão do projeto.
 - (C) identificação das melhores práticas, por meio de um sumário executivo (*framework*), com a utilização intensiva da tecnologia da informação.
 - (D) escolha dos projetos estratégicos da organização e o seu encadeamento por ordem de prioridade e cronograma de execução.
 - (E) eliminação de etapas redundantes, com a identificação das ações ou tarefas críticas e que podem ser eliminadas ou condensadas.
-
58. Entre as ferramentas que podem ser utilizadas na gestão de processos, notadamente na fase de mapeamento, com o objetivo de traduzir, graficamente, as etapas dos processos da organização, com as entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*) correspondentes, insere-se
- (A) a matriz SWOT.
 - (B) o organograma.
 - (C) a escala gráfica.
 - (D) a cadeia escalar.
 - (E) o fluxograma.
-
59. No que concerne aos indicadores de desempenho da atuação da Administração Pública na busca da excelência, tem-se que:
- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços.
 - II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade com a atuação da Administração.
 - III. A eficácia é uma medida de natureza estritamente financeira, usada no acompanhamento da execução orçamentária e financeira.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.
-
60. De acordo com o disposto pela Resolução nº 49, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ),
- (A) o levantamento de dados estatísticos de cada Tribunal deve ser consolidado com periodicidade mínima de 3 anos e encaminhado ao CNJ para validação pelo núcleo de estatística e gestão estratégica.
 - (B) o núcleo de estatística e gestão estratégica configura órgão da estrutura do Conselho Nacional de Justiça, que fixa diretrizes de política judiciária, de natureza vinculante para os Tribunais.
 - (C) cabe a cada Tribunal definir a pertinência de instituir, como órgão próprio, núcleo de estatística e gestão estratégica, podendo optar por utilizar, para a mesma finalidade, dados de outras fontes oficiais.
 - (D) cada Tribunal deve instituir seu próprio núcleo de estatística e gestão estratégica, como órgão de natureza permanente, para auxiliar o Tribunal no processo de racionalização institucional.
 - (E) o núcleo de estatística e gestão estratégica deve ser constituído em cada Tribunal, como órgão de duração temporária, vinculado ao planejamento estratégico estabelecido pelo CNJ.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

De acordo com o Edital nº 01/2018 de Abertura de Inscrições, capítulo 10, itens: 10.2 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.3.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.3.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.3.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.3.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.3.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

Grandes empresas da internet vivem de pegar as informações que a gente dá. Tem uma frase célebre sobre isso: “Se você não está pagando, você não é o cliente, você é o produto que eles estão vendendo”.

II

A contradição que a situação das redes sociais nos coloca é uma contradição entre o poder do capital em um grau nunca alcançado e a privacidade individual. Privacidade é necessária para a constituição do sujeito, não há subjetividade se não houver privacidade. Nós aprendemos a pensar a proteção da privacidade contra o Estado. Nós temos hoje um grau de invasão dessa privacidade, promovido por uma indústria e por uma tecnologia, que passa por cima das proteções individuais.

(Trechos extraídos de: <https://apublica.org>)

Com base nos dois excertos acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A privacidade como mercadoria



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO